

Nossa Senhora da Conceição Aparecida: a Rainha dos brasileiros

*Our Lady of the Conception that Appeared:
the Queen of Brazilians*

MARIA CLARA DA SILVA MACHADO*
JESSICA MARIA MARQUES RABELLO**

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar o processo que levou a imagem de Nossa Senhora Aparecida a ser declarada como Rainha do Brasil em 8 de Setembro de 1904, mostrando como se deu a invenção de uma nova tradição mariana em torno desse símbolo alinhada com o debate de símbolos nacionais, tendo como recorte espacial e temporal a cidade do Rio de Janeiro, a antiga capital federal, e a cidade de Guaratinguetá, da qual o município de Aparecida ainda fazia parte (1903-1904). As fontes utilizadas para a pesquisa e suas localizações são os seguintes: cartas pastorais no Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro; manuais de devoção e jornal “Santuário D’Aparecida” no Centro de Documentação e Memória do Santuário Aparecida; e os periódicos “O Apóstolo” e “Jornal do Brasil”, que estão disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Palavras-chave: Nossa Senhora Aparecida. Símbolos Nacionais. Imaginário Social. Igreja Católica. Identidade.

* Maria Clara da Silva Machado é doutora em Teologia Bíblica pela PUC-Rio de Janeiro. Professora de Sagrada Escritura das seguintes instituições: Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro, Instituto Superior de Teologia da Arquidiocese do Rio de Janeiro e do Instituto Superior de Ciências Religiosas da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro. E-mail: claramachado.prof@gmail.com

** Jessica Maria Marques Rabello é mestrandia do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: jessica_rabello@id.uff.br

Abstract: This article aims to analyze the process which took the image of Our Lady of Aparecida to be declared as “Queen of Brazil” in September 8, 1904 showing how the invention of a new Marian tradition was created around this symbol aligned with the debate of national symbols, having as its spatial and temporal framework the city of Rio de Janeiro, former federal capital, and the city of Guaratinguetá, to which the town of Aparecida belonged to in the period from 1903 to 1904. The resources used for this research and their locations are as follows: pastoral letters, in the Archive of the Curia of Rio de Janeiro; manuals of devotion and the newspaper “Shrine D’Aparecida”, in the Documentation and Memory Center of the National Shrine of Aparecida; and the periodicals “O Apostolo” and “Jornal do Brasil”, which are available at the Digital Newspapers and Periodicals Library of the Brazilian National Library.

Keywords: Our Lady of Aparecida. National Symbols. Social Imaginary. Catholic Church. Nacional Identity.

Introdução

No amor à Mãe de Deus, o povo brasileiro está ainda a procura de outro que o iguale (BRUSTOLONI, 1998, p. 289).

Neste Ano Mariano, temos a grande alegria de celebrar, além dos 100 anos das aparições em Fátima, os 300 anos da aparição de Nossa Senhora da Conceição Aparecida. 300 anos de história que são pouco conhecidos por nós católicos, mas que são extremamente importantes para entendermos a história do Brasil e a história da Igreja Católica no Brasil.

A Virgem Aparecida, diferente das outras aparições de Maria, veio de forma silenciosa através de uma imagem de terracota, manifestar o amor de seu Filho e a necessidade da conversão do coração do povo brasileiro através dos milagres que realizava. Milagres que agraciaram a todos, inclusive grandes personalidades brasileiras como a Princesa Isabel, além de diversos políticos que mostravam, publicamente, sua devoção e agradeciam por suas graças alcançadas.

Importantes viajantes, como Jean-Baptiste Debret, visitaram Guaratinguetá e ficaram admirados com a movimentação da população em torno de Aparecida e com os relatos de milagres que escutavam. N. S. Aparecida também esteve presente em grandes acontecimentos para o país, como a visita

realizado por Dom Pedro I à capela na sua passagem por São Paulo horas antes de proclamar a Independência do país. Nossa grande intercessora, que não deixou de velar por nós mesmo com o afastamento de muitos católicos. “A protetora Imagem da Senhora Aparecida, coberta com seu manto azul, parece sorrir compassiva a todos os infelizes que a invocam, a quem jamais negou consolação e esperança” (BRUSTOLONI, 1998, p. 75).

Neste ano, somos convidados por Nossa Senhora Aparecida a conhecer a sua história, e junto dela a descobrir a importância que a Igreja Católica teve na constituição da nação brasileira. Este texto tem como principal objetivo mostrar o surgimento da devoção à Virgem Aparecida e o contexto que a motivou, bem como as relações entre a Igreja Católica e o Estado na constituição da nação brasileira que culminaram na coroação de Nossa Senhora Aparecida como Rainha do Brasil em 08 de Setembro de 1904.

Iniciaremos contando um pouco da história da aparição da imagem, como foi a construção da Basílica Velha e a chegada dos Redentoristas ao santuário. Em seguida, comentarei sobre as disputas da Igreja Católica no Brasil com o Estado Republicano e o que gerou esse embate. E por fim, apresentarei o como se deu a devoção no início da República e a coroação de Nossa Senhora Aparecida como um marco do catolicismo na sociedade brasileira.

1 História de Nossa Senhora da Conceição Aparecida

Vinda do interior de São Paulo. De cor negra. Católica. Manto azul com a bandeira do Brasil. Coroada e proclamada Padroeira do Brasil. A imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida¹ é conhecida por todos os brasileiros e recebe o apelido carinhoso Mãe dos habitantes desta terra de Santa Cruz. A história da aparição da imagem é transmitida de forma oral ou literária até hoje por famílias e membros da Igreja Católica, o que faz com que, mesmo nunca tendo lido sobre Aparecida, tenhamos breves lembranças desse relato.

Segundo a tradição devocional e registrada pelos padres redentoristas, no meio do mês de outubro de 1717, o Conde de Assumar (Pedro de Almeida Portugal), que acabara de ser convidado a exercer o cargo de governador da Capitania de São Paulo de das Minas Gerais, viajou em visita à Vila de

¹ Durante o texto usarei algumas nomenclaturas diferentes para me referir a Nossa Senhora Aparecida, são elas: Virgem Aparecida, Nossa Senhora da Conceição Aparecida, Santa e Maria.

Guaratinguetá². Durante a estadia do governador na região alguns pescadores foram chamados para pescar e levar todos os peixes à Câmara Municipal a fim de que fosse preparado um jantar para a recepção. Entre eles, estavam Felipe Pedroso, João Alves e Domingos Garcia. Os três teriam lançado insistentemente suas redes no Rio Paraíba, mas não conseguiram pescar nada. João Alves ao jogar novamente a sua rede teria sentido um peso ao puxá-la. Ao retirá-la da água, os pescadores perceberam um objeto escuro que seria o corpo de uma imagem de Nossa Senhora, porém, sem a cabeça. Eles guardaram a imagem no barco e logo após jogaram a rede de novo no rio. Ao puxarem a rede novamente, teriam encontrado a cabeça da imagem. Então, quando voltaram para a pesca, teriam tido grande sucesso, a ponto de encherem o barco e ficarem com medo de afundar (SOUZA, 2001, p. 81).

Após a pesca milagrosa, a imagem encontrada foi identificada como sendo de Nossa Senhora da Imaculada Conceição. Um dos pescadores, Felipe Pedroso, ficou com a imagem, que permaneceu por muitos anos guardada, até que seu filho construiu um altar e uma capela para ela em sua casa. A família de Pedroso realizou diversas reuniões com a comunidade em torno da imagem para rezar o rosário. O nome “Aparecida” foi acrescentando pela devoção popular ao nome da santa por ela ter aparecido no rio.

Foi nessas reuniões, em torno de Nossa Senhora Aparecida, para rezar o rosário que aconteceu o primeiro milagre diante de um grupo de devotos. Uma parte dos habitantes de Guaratinguetá estava diante da Virgem Aparecida rezando quando as velas que ficavam nos lados da imagem apagaram sem nenhum motivo, pois não ventava e a noite estava calma. Muitos ficaram espantados e quando Silvana da Rocha, uma das que costumava participar desses momentos de oração, se aproximou para acender as velas, elas acenderam sozinhas. “O acontecimento impressionou a todos e despertou admiração e devoção no meio do povo” (BRUSTOLONI, 1998, p. 59). Esse fato fez com que a capela fosse cada vez mais visitada pela população e que seu prestígio crescesse pela região.

A aparição da imagem ocorreu durante o governo paroquial do padre José Alves Vilela, clérigo da Paróquia Santo Antônio de Guaratinguetá³. Nesse

² Em 1928, Guaratinguetá perde os territórios de Aparecida do Norte, surgindo um novo município.

³ Principal paróquia da região naquele período.

período, a devoção a Nossa Senhora da Conceição Aparecida foi crescendo devido às atividades organizadas pela família do pescador, o que gerou um apego popular à santa. Em 1743, o padre José Vilela pediu ao Bispo do Rio de Janeiro⁴, Dom João Cruz, a oficialização da devoção pela Igreja Católica, que é concedido no mesmo ano junto com a autorização para o uso da nomenclatura de “Aparecida” (BRUSTOLONI, 1998, p. 65).

Esta narrativa está presente em dois documentos oficiais da Igreja Católica, o primeiro foi escrito trinta e três anos após a aparição, em 1750, pelo padre jesuíta Francisco da Silveira que estava em missão pela região; o segundo foi escrito quarenta anos depois, em 1757, pelo Pároco de Guaratinguetá Pe. Dr. João Morais e Aguiar no I Livro do Tombo⁵ da Paróquia de Santa Antônio de Guaratinguetá. Ambos comentam a visita do Conde de Assumar e relatam a história de aparição da imagem no Rio Paraíba (BRUSTOLONI, 1998, p. 38-41).

Desde 1740, existem registros de romarias para a capela dedicada a Aparecida. Ao longo do século XIX, houve um aumento das romarias, geralmente organizadas pelos devotos, independente dos padres, dentro das irmandades. Após a proclamação da República, tivemos um aumento considerável das peregrinações acompanhadas pelo clero e da divulgação das mesmas em jornais e revistas da época.

A primeira igreja construída para acolher a N. S. Aparecida foi inaugurada em 26 de julho de 1745, pelo Padre Vilella, sendo reformada entre 1760 e 1770 para receber mais fiéis. Também foram construídas duas torres e uma nova fachada. Em 1844, foi constatado que as torres que não estavam bem fundamentadas e que ofereciam risco de queda, por isso, resolveram demoli-las e construíram um novo templo. A construção iniciou no mesmo ano tendo como principal organizador o pároco de Guaratinguetá, Pe. Benedito Manuel da Costa Pinto. A fachada e as duas torres da nova igreja ficaram prontas em 1864, 20 anos depois do início da construção.

Entre 1864 e 1878, a obra ficou parada sendo concluída em 1888, essa segunda parte da obra teve grande participação do Frei Joaquim do Monte

⁴ Mesmo a região de Guaratinguetá do Norte fazendo parte de São Paulo, o bispo do Rio de Janeiro que era responsável pela sua administração.

⁵ É um livro ainda usado nas paróquias que tem por finalidade narrar os fatos e notícias importantes da paróquia, assentar documentos e disposições de autoridades eclesásticas, noticiar realizações pastorais, visitas pastorais e conter históricos de capelas e entidades.

Carmelo, que ficou encarregado dos projetos. Devido a sua dedicação, a igreja ficou conhecida como “Igreja do Monte Carmelo”. Foi inaugurada no dia 24 de junho, pelo bispo de São Paulo Dom Lino Deodato Rodrigues Carvalho. Alguns anos depois, em 1893, é criada a paróquia de Aparecida e o bispo da Diocese de São Paulo concede à mesma o título de Episcopal Santuário de Nossa Senhora da Conceição Aparecida.

No ano de 1894, a Congregação do Santíssimo Redentor – os redentoristas – assumiram administração do Santuário, sendo responsáveis por organizar a história de Aparecida e pela romanização e sacralização da devoção à santa. Durante o século XX, temos a grande expansão do culto a Nossa Senhora Aparecida, com a construção do santuário novo, separação de datas para a peregrinação anual de cada diocese do Brasil, a separação dos municípios de Guaratinguetá e Aparecida do Norte (1927) e a realização da assembleia geral dos bispos em Aparecida.

2 A relação entre Igreja Católica e República brasileira

O Padroado era uma carga pesada que estava atada à nossa religião, que fê-la definir entre nós não somente à míngua de proteção do Estado, como à força de perseguição, e perseguição terrível, que se acobertava com o manto da proteção, e que tendo em suas mãos todos os domínios, deles se servia somente para entorpecer a marcha da religião.

Dom Luís Antônio dos Santos, Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil, 21 de Janeiro de 1890 (VIEIRA, 2016, p. 10).

Desde meados do século XIX, a Igreja Católica estava insatisfeita com o padroado pelas diversas limitações que essa regulamentação a impunha. No Brasil, mesmo após a proclamação da Independência, o regime do padroado é mantido até a proclamação da república. Como no período monárquico cabia ao rei criar dioceses, decidir sobre a ordenação do clero e a investidura dos bispos, nomear os párocos, construir igrejas e capelas e ainda criar e gerir associações e irmandades, a atividade pastoral dos bispos era reduzida a realizar missões e cuidar da formação e obediência do clero (HAUCK, 2008, p. 80-81).

A administração da Igreja Católica no Brasil foi aos poucos sendo delegada aos leigos por causa do regime do padroado, cabendo às instituições governamentais decidir sobre as ordenações, as criações de dioceses e a

fundação de seminários. Durante todo o período monárquico, a Igreja tinha apenas uma arquidiocese e onze dioceses⁶. Não houve uma expansão dessas regiões administrativas pelos estados e municípios, impedindo o avanço do catolicismo a todas as partes do país, dificultando também a administração da atuação do clero e dos missionários em comunidades mais distantes das capitais. Dessa forma, a grande extensão territorial e as poucas dioceses impossibilitavam a evangelização, assim como a unificação do discurso religioso e das práticas religiosas (HAUCK, 2008, p. 80-81).

Em meados do século XIX, podemos perceber uma aproximação da Igreja Católica no Brasil com a Santa Sé através do envio de seminaristas para estudar em Roma e da chegada de algumas congregações para auxiliarem na formação do clero. O estreitamento das relações com o papado fez parte de uma tomada de consciência do clero brasileiro sobre a universalidade da Igreja e da importância desse vínculo para gerar unidade. Segundo João Fagundes Hauck, houve um estímulo do pontífice romano, Papa Pio IX, para uma centralização maior dos bispos ao seu redor a fim de fortalecer a Igreja e de universalizar as tradições católicas (HAUCK, 2008, p. 182-183).

Para que houvesse uma propagação maior da doutrina católica nos países, a Igreja Católica no Brasil e em outros lugares passou por um processo de romanização. Consistindo em um intercâmbio de religiosos de congregações para diversas regiões do país, como os redentoristas e os lazaristas⁷, que ficaram responsáveis pela formação dos seminaristas em diversas dioceses. Também foram incumbidos de realizar missões para diminuir a religiosidade popular que era muitas vezes vista como superstição. Houve também alguns padres enviados para Roma com o objetivo de voltarem romanizados e de serem investidos como bispos no Brasil posteriormente (HAUCK, 2008, p. 83-84).

Segundo Lucia Lippi Oliveira, o atrito entre Igreja e Estado no final do século XIX estava ligado com reformas que aconteciam dentro da própria Igreja. O pensamento católico ultramontano⁸, reforçado pelas resoluções do

⁶ Estrutura organizacional da Igreja Católica na qual cada diocese é responsabilidade de um bispo. As dioceses tornam-se arquidioceses devido a sua antiguidade.

⁷ Congregação fundada por São Vicente de Paulo na França em 1616, seu carisma é desenvolver missões para formar, dentro da doutrina católica, leigos, padres e pobres. Informação disponível em: <<http://www.vocacionalpbcm.com.br/quem-somos/>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

⁸ Doutrina que se apoia na Cúria Romana defendendo a infalibilidade papal em relação a fé e a disciplina.

Concílio Vaticano I (1870), divergia do liberalismo e do cientificismo presente entre as elites brasileira no final do Império. Ao rejeitar os princípios do liberalismo, o compêndio de *Syllabus* condenava qualquer espaço liberal, como também o catolicismo liberal que defendia uma “Igreja livre no Estado livre”. Essa expressão doutrinária esteve presente durante todo o papado de Pio IX (OLIVEIRA, 1990, p. 159-160). Somado a isso, esse período foi marcado por uma escassez de religiosos devido à proibição de receber seminaristas ordenados no exterior, o que desgastou mais essa relação (CORDEIRO; RANGEL; LUÍS, 2008, p. 39).

É importante ressaltar que o período monárquico foi marcado por altos e baixos na relação Igreja e Estado. Ser a religião oficial do país e ser financiada pelo governo significava obter benefícios importantes para a expansão do catolicismo e para a evangelização. Entretanto, essas normas estabelecidas pelo regime do padroado causavam incômodo por não darem liberdade à mesma de utilizar esses recursos como desejasse.

A instituição de um novo regime político foi para o episcopado brasileiro uma moeda de duas faces: libertou a Igreja do regime do padroado, mas, acabou por separá-la do Estado, colocando-a à margem dos assuntos políticos. O Papa Leão XIII (1878-1903) promoveu uma reconciliação com o mundo moderno e com o governo brasileiro, consagrada na promulgação da encíclica *Rerum Novarum* – que propõem uma aproximação entre fé e razão. Durante o seu papado, a Santa Sé reconhece o novo regime político em 1890 (OLIVEIRA, 1990, p. 163).

Além da separação entre Estado e Igreja, alguns pontos decretados na nova Constituição brasileira de 1891 não foram bem recebidos pelo episcopado brasileiro, como: a liberdade de crença e culto, a precedência do casamento civil em relação ao religioso, o ensino leigo nas escolas públicas e a legislação dos bens de mão morta (permissão da alienação de conventos e terras pertencentes a ordens religiosas sem autorização dos bispos), geraram uma reação por parte da Igreja Católica (OLIVEIRA, 1990, p. 24).

Com a constituição de 1891, a Igreja perdeu uma série de privilégios garantidos pelo regime do padroado, mas recuperou sua liberdade de ação dentro do território brasileiro sem a interferência do Estado, um exemplo disso é o crescimento da quantidade de dioceses nos primeiros anos da República. O Brasil passou a ter 17 arquidioceses, 50 dioceses e 20 prefeituras apostólicas (ALMEIDA e MOURO, 2004, p. 330).

Após a perda do espaço político, o episcopado buscou reforçar seus laços com a sociedade e dentro dela procurou legitimar a sua importância para o país. As cartas pastorais, escritas pelos bispos desse período demonstram um apoio ao novo regime político ao mesmo tempo em que demonstravam uma preocupação com os leigos pedindo que mantivessem a sua fidelidade à Igreja.

Buscando manter-se dentro do espaço de decisões do país, a Igreja Católica utilizou-se do imaginário social e religioso para fortalecer sua relação com a população, frente às diversas perdas na esfera política. A devoção a Nossa Senhora Aparecida foi estruturada dentro do discurso oficial da Igreja neste momento. Até a proclamação da República, a devoção à Virgem era local e durante os primeiros anos do novo regime político se expandiu por todo o país. Nesse contexto, de legitimação da República temos a disputa por símbolos nacionais, na qual a Virgem Aparecida é apresentada, pela Igreja, como a representante da população brasileira, aquela que sempre esteve ao lado dos mais necessitados desde o início da história do país, quando ainda era Terra de Santa Cruz.

Dentre as análises feitas até o momento, podemos perceber alguns motivos que levaram à escolha dessa devoção mariana e não de outra. Destacamos o fato de ser um elemento que já permeava a religiosidade popular, existindo documentação de peregrinações desde 1740 para Guaratinguetá; pela sua proximidade com a padroeira de Portugal (que também foi padroeira do Brasil no período colonial), Nossa Senhora da Imaculada Conceição, sendo uma ruptura que representa também uma continuidade; e, na tentativa de afastar-se de uma imagem retrograda, apresentam Aparecida como um novo símbolo para representar uma nova fase da Igreja Católica no Brasil, tentando aproximar-se da modernidade.

3 A coroação de uma devoção

(...) o nacionalismo não é somente um movimento político e social, mas utiliza também uma linguagem e símbolos religiosos (HAUCK, 2008, p. 78).

É no imaginário social que os grupos humanos constituem sua identidade e diretrizes, forjam heróis e inimigos e organizam sua história. Sendo um

aspecto da vida social e das atividades de seus agentes, tendo suas formas de se manifestar, reproduzir e renovar dependendo do momento histórico. Por imaginário social, compreendemos a participação da atividade imaginativa individual em um fenômeno coletivo. “Todas as épocas têm as suas mobilidades específicas de imaginar, reproduzir e renovar o imaginário” (BACZO, 1985, p. 309). A imposição de um novo regime político caracteriza um desses momentos de renovação do imaginário social, de apagamento e/ou de deterioração de símbolos que representem os regimes passados e a sua substituição por novos elementos que permeiem o imaginário coletivo.

A proclamação da República no Brasil foi fruto de demandas políticas e de influência da Igreja Católica que almejava o fim do padroado. O início de um novo regime gerou uma intensa disputa de símbolos que tinham o papel de legitimar o novo regime perante a população. As ideias de progresso, do liberalismo e do cientificismo fascinavam políticos e intelectuais que buscaram, através de novos símbolos, representar a “verdadeira essência do brasileiro” e os heróis da nação.

Dentre as disputas pelos símbolos nacionais, a devoção a Nossa Senhora Aparecida começou a ser estimulada de diversas formas pelo alto clero brasileiro, no qual podemos destacar a figura de Arcebispo do Rio de Janeiro Joaquim Arcoverde. Devoto da Virgem, Arcoverde preocupou-se em organizar o culto dentro do projeto de romanização, enviando os missionários redentoristas para cuidar do santuário em 1894. A separação entre Igreja e Estado deu aos bispos católicos e à Santa Sé a liberdade que faltava para concluir o processo de romanização do clero e da população católica no Brasil.

A representação de Nossa Senhora como mãe dos aflitos e sinal de esperança remete ao começo do cristianismo, quando temos as primeiras demonstrações de devoção mariana. No Brasil, a figura de Maria já era venerada por meio de outras nomenclaturas, como Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora da Penha, etc. Devoções que foram importadas e trazidas pelos portugueses durante o processo de colonização.

Neste momento de ruptura, a Virgem Aparecida foi utilizada como símbolo da unificação do clero e dos fiéis em torno da Igreja Católica. Contudo, nos ficou um questionamento, por que essa Nossa Senhora? Existiam outras devoções mais conhecidas e já estabelecidas como Nossa Senhora da Penha, por exemplo. A escolha por Aparecida estava ligada ao momento político e social enfrentado pela Igreja Católica e às necessidades que a sociedade demonstrava naquele período.

Um dos fatores é por essa aparição de Maria ser “brasileira”, aconteceu no próprio país, diferente das outras que foram importadas da Europa. Por isso, ela seria capaz de representar a jovem nação que surgiu. Além disso, a imagem de Aparecida era negra, havia sido escurecida pelo tempo que ficou submersa no rio Paraíba do Sul, cor que representava grande parte da população brasileira e que estava à margem da sociedade.

Por ser uma aparição recente, a devoção à Aparecida poderia ser organizada e romanizada segundo os padrões da Santa Sé. Os redentoristas foram os responsáveis para organizar sua história, verificar quais milagres dedicados a ela deveriam fazer parte de sua narrativa e seriam utilizados como exemplos para a catequese das gerações futuras. Eles tiveram um papel importante na construção da história desse símbolo, pois foram os responsáveis por arquivar toda a documentação referente à santa.

Outro fator importante é pela imagem de Nossa Senhora Aparecida ser originalmente a imagem de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, padroeira de Portugal e antiga padroeira do Brasil no período colonial. Virgem Aparecida é uma ruptura com a cultura devocional europeia ao mesmo tempo em que representa uma continuidade desse período, sendo o mesmo ícone com uma nova aparência exterior. As principais características que eram exaltadas são referentes aos milagres que ela realizava e à ideia de mãe que atende aos aflitos e aos menos favorecidos, atende aos pedidos daqueles que se comportam de acordo com a fé católica e acolhe a todos indiferente da classe social e da cor da pele.

O episcopado brasileiro inseriu-se numa disputa já travada por muitos intelectuais que, no final do século XIX e início do XX, questionavam a viabilidade do país devido às suas características mestiças por causa da influência do darwinismo social e procuravam redefinir, a partir de uma imagem republicana, o que era ser brasileiro. Nossa Senhora Aparecida foi apresentada pelo alto clero como uma resposta a essa pergunta, congregando em um símbolo as diversas características da sociedade, as diferentes religiosidades e cores da população.

É importante destacar as divergências existentes entre a vivência do catolicismo pelos populares e pelo clero. O processo de romanização tinha como objetivo acabar aos poucos com os exageros e deturpações da religiosidade popular. Em relação a N. S. Aparecida, os redentoristas escreveram as suas impressões sobre a relação dos devotos com a santa.

O costume do povo de rezar diante da imagem (de Nossa Senhora Aparecida) e beijar as fitas que pendiam do nicho, entretanto, vinha do início do culto. Com o tempo, introduziram-se alguns abusos. (...) Peregrinos que pernoitavam nos cubículos das naves laterais da igreja, quando a sós, retiravam a Imagem de seu nicho e andavam com ela pela igreja cantando e dando de beijar a seus companheiros e familiares, muitas vezes com falta de cuidado e respeito (BRUSTOLONI, 1998, p. 94).

Ao mesmo tempo em que temos a repressão de algumas manifestações populares de religiosidades podemos perceber uma valorização de atitudes autênticas da fé popular que passaram a ser vistas como expressão da nacionalidade brasileira. Isso é perceptível através da análise dos manuais de devoção⁹, onde existe a tentativa de organizar a maneira com que as pessoas rezam, mostrando como devem se portar na missa ou diante da imagem. Neles, um grande espaço é dedicado à expressão daqueles que tiveram alguma graça alcançada por Aparecida, e é pedido que enviem seus relatos para o santuário.

A devoção a Nossa Senhora é uma experiência com diferentes significados para três dimensões da sociedade brasileira: populares, elite política e intelectual, e para a Igreja Católica. Por meio de Aparecida, os populares e devotos vivenciam a cidadania cultural absorvendo algumas práticas apresentadas pela romanização e dialogando com a sua religiosidade própria fazendo com que esse símbolo seja ressignificado e utilizado como ponte entre as culturas africanas e populares. A santa foi absorvida especialmente pelas religiões afro-brasileiras nas quais representa, no Rio de Janeiro, Oxum, a deusa das águas doces cujo dia é comemorado no mesmo dia da Imaculada Conceição, 08 de Dezembro (FERNANDES, 1988, p. 104).

A elite intelectual e política ansiava por um Brasil Moderno neste período e que seria oposto à desordem e à falta de civilização que haviam sido a colônia e o império. Devido à organização da devoção realizada pelo episcopado brasileiro e pelo grande apreço que camadas mais baixas da sociedade tinham por Nossa Senhora da Conceição Aparecida, ela passou a ser vista como um símbolo que promovia a união e a ordem. Esses valores eram estimados pelo novo regime político que estava tentando se legitimar perante a população. Vários políticos visitaram a Virgem e inclusive estiveram presentes na cerimônia de coroação da imagem.

⁹ É um livro pequeno que cada peregrino possui para participar das celebrações da peregrinação.

Nossa Senhora Aparecida era a possibilidade de um diálogo com a modernidade para a Igreja Católica no Brasil pois, ao mesmo tempo em que valorizava a tradição da Santa Sé, destacava a importância da religiosidade do povo. Diversos jornalistas e viajantes que passaram pelo santuário comentaram essa passagem. Um deles foi o botânico francês Saint-Hilaire que ao passar pela capela em 1822 escreveu “a imagem que ali se venera, passa por milagrosa e goza de grande reputação, não só na região, mas nas partes mais longínquas do Brasil. Aqui vem ter gente, dizem, de Minas Gerais e Bahia, a cumprir promessas feitas a Nossa Senhora Aparecida” (BRUSTOLONI, 1998, p. 76). Esse ícone possibilitou uma reafirmação da Igreja Católica dentro da sociedade, atingindo não apenas as camadas populares, mas as esferas mais altas também, gerando uma nova identidade para ela na República brasileira.

Uma nova identidade que mesclava a tradição e a modernidade, visto que a imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida era originalmente uma imagem da Imaculada Conceição, antiga padroeira durante o período colonial e de Portugal. O que fazia a população experimentar uma sensação de continuidade. Por outro lado, ao reforçar a sua identidade brasileira e mostrar como ela refletia das características da população, Aparecida se tornava um símbolo de ruptura, buscando afastar a perspectiva arcaica com a qual era vista por alguns grupos.

A promoção desse símbolo na cidade do Rio de Janeiro ocorreu através de diversos periódicos, dentre eles destacamos “O Apostolo”, jornal da Arquidiocese do Rio de Janeiro, e o “Jornal do Brasil”, por ser o que mais publicou sobre Nossa Senhora Aparecida neste período. Esses dois periódicos foram muito importantes para a construção simbólica de Aparecida por transmitirem mais que informações sobre a santa, ao comentarem sobre a importância da Igreja para a sociedade.

O periódico “O Apostolo” foi um instrumento importante utilizado na elaboração dessa nova identidade mariana. Por ser o meio de comunicação da Igreja Católica entre o clero e a população promoveu a devoção a Nossa Senhora Aparecida através da publicação de notícias que explicavam a história da santa, contando milagres e convocando os católicos para as peregrinações da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Através desse jornal, a Igreja Católica conseguiu se aproximar da sociedade e apresentar suas ideias em relação à República e a Nossa Senhora Aparecida.

O “Jornal do Brasil” não é um periódico católico, mas conservador e que possui diversas publicações sobre Aparecida. Algumas das notícias foram publicadas na “secção religiosa”, dirigida pelo padre Giacomo Vicenzi que tinha como objetivo fazer “propaganda santa da fé catholica”¹⁰. O periódico apresentava diversas matérias sobre Aparecida e divulgava frequentemente todas as peregrinações organizadas na cidade do Rio de Janeiro. Somado a isso, realizou uma cobertura da cerimônia da coroação da imagem, apresentando várias notícias sobre o evento na primeira página do jornal.

Ambos os jornais auxiliaram, de maneiras distintas e de acordo com seus próprios interesses, na construção simbólica de Nossa Senhora Aparecida e também da identidade da Igreja Católica, dialogando com seus públicos e apresentando um modelo de pessoa a ser seguido pela população. Ao fazerem isso, tornaram um evento simples e religioso como a coroação em um ato que dominou as notícias no mês de setembro, superando as notícias da comemoração da Independência do país.

A cerimônia da coroação de Aparecida foi marcada para o dia 08 de setembro, dia em que os católicos comemoram a natividade de Maria, com o propósito de coroar a imagem que não havia recebido uma coroa, uma prática bem comum nas paróquias e dioceses. O que destaca essa coroação de tantas outras é o fato de ela ser a primeira e da escolha do dia ser tão próximo de uma data importante para o governo. Somado a isso, destacamos o fato de a coroa utilizada para a cerimônia ser um antigo presente dado pela Princesa Isabel devia a uma graça alcançada pela intercessão da Virgem.

Uma coroa que não coroou a princesa, mas consagrou Nossa Senhora Aparecida como Rainha do Brasil. Mais uma vez podemos perceber como esse ícone tornou-se um símbolo que demonstrava uma continuidade a partir do momento que fazia referência à monarquia brasileira. Por outro lado, colocava-se soberana a República já que a Igreja Católica e a população haviam escolhido e coroado aquela que “regeria” e seria intercessora dos brasileiros.

Essa cerimônia de coroação destaca o início do processo para transformar Nossa Senhora da Conceição Aparecida como Padroeira do Brasil, já que desde o Império o padroeiro era São Pedro de Alcântara. Além de renovar a fé dos devotos, a coroação de N. S. buscou reafirmar a importância da Igreja Católica para o Estado mostrando como era capaz de mobilizar a sociedade e de sacralizar um novo símbolo nacional.

¹⁰ “Jornal do Brasil”, 28 de Dezembro de 1900, edição 00362, p. 1. Disponível em: Biblioteca Nacional

Conclusão

Eu ouço... eu ouço vozes que não formam senão uma única voz, a voz de crianças, dos jovens e dos velhos, dos artistas e dos poetas, dos sacerdotes e dos Bispos, do tempo, de uma nação inteira. Eu ouço!

Essa voz repete uma só palavra: VIRGEM APARECIDA!
(MACHADO, 1983, p. 9)

A coroação de N. S. da Conceição Aparecida como Rainha do Brasil é uma data importante neste processo por marcar publicamente a primeira mobilização realizada em torno desse símbolo e a reunião do alto clero, dos padres e fiéis de diversos grupos sociais em torno de um único símbolo. Sendo uma demonstração para o Estado de qual tipo de identidade brasileira a Igreja estava defendendo. Como nos mostra esse fragmento do sermão de Dom João Francisco Braga, Bispo de Niterói, pronunciado antes da Cerimônia da Coroação.

O hibridismo desse símbolo possibilitou à Igreja Católica a alcançar as diversas camadas da sociedade de diferentes formas, por meio das notícias, peregrinações, manuais de devoção e dos sermões nas paróquias. Através da documentação, procuro entender quais elementos presentes no imaginário social do período adquiriam forma e simbolismo através de Nossa Senhora Aparecida. A pesquisa ainda está em andamento e ao longo das análises estamos procurando responder essa questão e outras periféricas.

Nossa Senhora da Conceição Aparecida, mais que uma devoção mariana do catolicismo, passa a ser um símbolo que permeia a religiosidade popular e chega a alcançar a sacralização política, segundo José Murilo de Carvalho. O imaginário social ligado à busca por uma identidade nacional transforma a Virgem em Rainha dos brasileiros, um ícone monárquico para uma jovem nação republicana.

Referências

ALMEIDA, José Maria Gouvêa de; MOURO, Sérgio Lobo de. A Igreja na Primeira República. In: FAUSTO, Boris. (org.). *História geral da civilização brasileira*. O Brasil Republicano. 7. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004, Tomo III, v. 2, 2004.

BACZO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi. Anthropol-Homem*. v. 5. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 30, o Estado Novo e a Redemocratização. In: BORIS, Fausto. (org.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil Republicano*. São Paulo: DIFEL, 1984, Tomo III, v. 4.

BRUSTOLONI, Júlio J. *História de Nossa Senhora da Conceição Aparecida: a Imagem, o Santuário e as Romarias*. Aparecida. São Paulo: Editora Santuário, 1998.

CORDEIRO, José; RANGEL, João; LUÍS, Denilson. *Aparecida: devoção Mariana e a imagem da Padroeira do Brasil*. São Paulo: Edição do Autor, 2008.

FERNANDES, Rubem César. Aparecida: nossa rainha, senhora e mãe, savaará!. In: SACHS, Viola...[et al]. *Brasil & EUA: Religião e Identidade Nacional*. Tradução dos textos em inglês e francês Sergio Lamarão. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p. 85-111.

HAUCK, João Fagundes [et. al.]. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: segunda época, século XIX*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

MACHADO, Cônego João Correa. *Florilégio de Aparecida*. Campinas. São Paulo: Edição do Autor, v. 3, 1983.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PETERS, José Leandro. *Nossa Senhora Aparecida do discurso da Igreja Católica no Brasil (1854-1904)*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. Virgem Mestiça: devoção à Nossa Senhora na colonização do Novo Mundo. *Tempo - Revista do Departamento de História da UFF*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 2001.

VIERA, Dilermano Ramos. *História do Catolicismo no Brasil (1889-1945)*, v. 2, São Paulo: Editora Aparecida, 2016.

Artigo recebido em 18/12/2017 e aprovado para publicação em 14/03/2018

ISSN 1677-7883

DOI: <http://dx.doi.org/10.31607/coletanea-v17i33-2018-6>

Como citar:

MACHADO, Maria Clara da Silva; RABELLO, Jessica Maria Marques. Nossa Senhora da Conceição Aparecida: a Rainha dos brasileiros. *Coletânea*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 33, p. 107-122, jan./jun. 2018. Disponível em: <www.revistacoletanea.com.br>.